

• 4 ABR 1984

FOLHA DE S. PAULO

Quarta-feira, 4 de c

Tendências / Debates

Os artigos publicados com assinatura dos autores não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

A hora e vez da Constituinte

DALMO A. DALLARI

O Brasil de hoje é um amontoado de injustiças, que não irão desaparecer enquanto o País não tiver uma nova Constituição, feita por uma Assembléia Nacional Constituinte representativa do povo brasileiro.

A Constituição vigente no País é ilegítima desde sua origem, pois embora disfarçada como emenda constitucional ela é, na realidade, um decreto arbitrário, imposto por três ministros militares. E reflete, como é óbvio, a visão ideológica e os interesses daqueles ministros e do sistema econômico-militar-tecnocrático de que eles faziam parte. O texto imposto ao povo brasileiro em 1969 sofreu até agora vinte e três emendas, quase todas visando a alterar o sistema político de modo a garantir o predomínio do mesmo grupo dominante.

Em consequência disso, qualquer análise dos dispositivos constitucionais e de seus efeitos práticos demonstra que essa Constituição é um aparelho montado para produzir injustiças. Do ponto de vista econômico o que se vê é a garantia de maior enriquecimento daqueles que já são ricos. Assegura-se o direito de propriedade, que só beneficia cerca de quarenta por cento dos brasileiros, sem abrir qualquer caminho para que a maioria possa ter alguma propriedade. Os salários sofrem rigorosa limitação, crescendo menos do que o custo de vida, enquanto, de outro lado, os lucros dos bancos e das grandes empresas industriais crescem rapidamente, sem encontrar qualquer barreira. O povo não participa da renda nacional mas é forçado a fazer tremendos sacrifícios para sustentar privilégios e desmandos do pequeno grupo dominante.

Do ponto de vista social o que se tem é uma brutal marginalização. Populações inteiras não conseguem o direito de trabalhar e nenhuma

providência oficial é adotada para garantir pelo menos a sobrevivência dos desempregados. Milhões de crianças brasileiras nascem miseráveis, em estado de subnutrição, sem nenhuma perspectiva de acesso aos bens e serviços que a sociedade proporciona.

Sob o ângulo da participação política a situação não é melhor. Apenas um pequeno grupo toma as decisões fundamentais, verificando-se que os mesmos personagens, que só chegaram aos cargos principais porque tinham o apoio da força, se revezam nos postos, demonstrando sempre a mesma incompetência e o mesmo bom entendimento com a corrupção. Para simular boa vontade o grupo dominante acena com reformas constitucionais, que, segundo ele próprio, seriam suficientes para corrigir as falhas e injustiças do sistema.

Antes de tudo é preciso lembrar que o atual Congresso Nacional, que seria encarregado das reformas, tem precária representatividade. A par dos senadores indiretos, os "biónicos" escolhidos pelo general Ernesto Geisel e não pelo povo, existe um grande número de senadores e deputados que só obteve um mandato valendo-se do uso da máquina administrativa, da corrupção econômica e de outros artificios dessa espécie propiciados pelo sistema eleitoral e partidário.

Além disso é preciso considerar que o caráter antidemocrático está em toda a Constituição vigente e não apenas em alguns dispositivos. Considere-se também que a Constituição consagra um sistema político, econômico e social injusto, que precisa ser alterado em profundidade, não bastando alguns remendos. E exatamente por isso que os próprios líderes do movimento pelas eleições diretas reconhecem que essa conquista, embora podendo representar um progresso, será insuficiente, pois poderá significar apenas a substituição de uma peça da máquina de produzir

injustiças que é o atual sistema constitucional brasileiro.

Por todos esses motivos deve ser visto com otimismo e alegria o movimento que agora vai ser desencadeado em São Paulo, e que já tem ramificações em muitas partes do País, procurando despertar a consciência do povo para a necessidade de uma Assembléia Nacional Constituinte. O que vem ocorrendo com a campanha pelas eleições diretas é uma prova de que uma atitude decidida dos partidos e da imprensa conseguirá mobilizar em curto prazo a opinião pública, abrindo o debate necessário sobre o Constituinte. O povo já deixou muito claro que deseja mudanças profundas e imediatas na organização política e social e nos costumes políticos do Brasil. Ninguém hoje tem dúvida de que o povo repudiou os salvadores da Pátria, os falsos redentores, que nada mais fizeram nestes últimos anos do que proteger e promover seus próprios interesses, à custa do sacrifício do povo e da própria independência nacional.

É preciso começar desde já um trabalho intenso de esclarecimento e motivação do povo, para que em breve prazo se chegue a uma Assembléia Nacional Constituinte legítima e democrática. Sob pressão popular serão afastados os casuísmos que ainda garantem a sobrevivência política do pequeno grupo de dominadores. O movimento pela Assembléia Nacional Constituinte é uma nova esperança que se oferece ao povo. Com a participação de muitos o sonho se tornará realidade e as atuais gerações de brasileiros ainda poderão viver numa democracia, que respeite a pessoa humana, assegure a liberdade, cultive a justiça e proporcione a felicidade.

DALMO DE ABREU DALLARI é professor titular da Faculdade de Direito do USP, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e presidente da Associação Brasileira de Juristas Democratas.